

**1.ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE XAXIM/SC**

Inquérito Civil n.º 06.2014.00004205-5

**TERMO DE COMPROMISSO E AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por meio do Órgão de Execução em exercício na 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Xaxim, Promotor de Justiça **SIMÃO BARAN JUNIOR** e o **MUNICÍPIO DE XAXIM**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício **ADRIANO IVO BORTOLANZA**, doravante denominado **COMPROMISSÁRIO**, autorizados pelo § 6.º do artigo 5.º da Lei n.º 7.347/85 e artigo 89 da Lei Complementar Estadual 197/2000, e ainda:

**CONSIDERANDO** que ao Ministério Público foi dada legitimação ativa para a defesa judicial e extrajudicial dos interesses sociais individuais indisponíveis, mormente os interesses coletivos (artigos. 127 e 129, II e III, da Constituição da República);

**CONSIDERANDO** que a Lei n.º 10.098/00 estabeleceu normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade; o Decreto n.º 5.296/2004 regulamentou as Leis n.º 10.048/00 e 10.098/00 e a NBR 9050:2004 estabeleceu critérios e parâmetros técnicos a serem observados quando do projeto, construção, instalação e adaptação de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos às condições de acessibilidade;

**CONSIDERANDO** que em julho de 2015, no Inquérito Civil n.º 06.2014.00004205-5, foi firmado TAC entre o Ministério Público e o Município de Xaxim, tendo por objeto a exigência de acessibilidade nas construções, a ser observada pelos particulares como requisito para a obtenção e renovação do alvará de funcionamento;

**CONSIDERANDO** que em 2017 houve a prorrogação do prazo para o cumprimento do TAC porque poucos comerciantes atenderem às exigências normativas dentro do prazo pactuado, ficando condicionada a liberação dos alvarás à adaptação dos estabelecimentos, que deveriam estar plenamente ajustados até o início de 2018;

**CONSIDERANDO** que o objetivo do TAC é o efetivo cumprimento das normas de acessibilidade - o que foi devidamente acatado por 16,9% dos comerciantes até

## **1.ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE XAXIM/SC**

o momento -, e postergar tais exigências, estaria não só contrariando o propósito do acordo, como também validando o não cumprimento da lei, o que torna inviável a celebração de novo Termo Aditivo e/ou celebração de Termo de Ajustamento de Conduta entre o Ministério Público e eventuais empresas que não realizaram as adaptações em tempo hábil;

**CONSIDERANDO** que a Lei n.º 7.347/85, em seu art. 5.º, *inciso* III e § 6.º, prevê a legitimidade da União, Estados, Distrito Federal e Municípios para tomar compromisso de ajustamento de conduta dos interessados às exigências legais, que terá eficácia de título executivo extrajudicial;

**CONSIDERANDO** eventuais casos em que os particulares estejam com as obras de acessibilidade em andamento, não tendo sido concluídas a tempo para a obtenção de alvarás para o exercício de 2018 e, no intuito de não prejudicar o exercício das atividades dos comerciantes, tampouco a efetiva arrecadação de recursos pelo Poder Executivo;

Resolvem celebrar o presente **TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTE DE CONDUTA**, com fulcro no art. 5.º, § 6.º da Lei n.º 7.347/85 e art. 86 da Lei Orgânica Estadual do Ministério Público (Lei n. 197/00), nos seguintes termos:

### **1 – DO OBJETO.**

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** O presente Termo de Compromisso de Ajuste de Conduta tem por objeto promover a readequação de situações específicas, não previstas no ajustamento anterior, como forma de alcançar a plena adaptação dos estabelecimentos comerciais de Xaxim às normas de acessibilidade, autorizando-se o Município a celebrar Termos de Ajustamento de Conduta com os interessados para a concessão do alvará de funcionamento provisório, de forma condicionada, em favor dos particulares que comprovarem o início da execução das obras de adequação, as quais deverão ser concluídas até o final de 2018, ou que estejam em situações específicas que impossibilitem a imediata adequação, as quais deverão ser devidamente fundamentadas;

### **2 – DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER EM RELAÇÃO AOS ESTABELECIMENTOS EM DESACORDO COM AS NORMAS DE ACESSIBILIDADE.**

**1.ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE XAXIM/SC**

**CLÁUSULA SEGUNDA:** O COMPROMISSÁRIO compromete-se com a seguinte obrigação de fazer: celebrar, com os particulares, Termo de Ajuste de Conduta como requisito para a concessão do alvará do presente exercício, exigindo-se, para tanto:

2.1. A apresentação de projeto e laudo técnico assinados por profissional habilitado, contendo a análise das adequações a serem realizadas no estabelecimento, os quais deverão ser analisados pelo Setor de Engenharia da Prefeitura em até 60 dias, vinculado ao respectivo protocolo;

2.2. A previsão para a execução das obras, de acordo com cada caso concreto, que não deverá ultrapassar 6 (seis) meses, limitada ao final de 2018, (salvo situações excepcionais);

2.3 A previsão no acordo de que a falta de atendimento pela parte interessada das correções exigidas pela Prefeitura no projeto ou a falta da execução das obras necessárias de acessibilidade sujeitará a parte à multa diária por inexecução e a perda do alvará provisório;

**CLÁUSULA TERCEIRA:** O COMPROMISSÁRIO compromete-se com a seguinte obrigação de fazer: observar o seguinte parâmetro no momento da celebração dos acordos com os particulares, sem prejuízo do cumprimento dos acordos anteriormente firmados com o Ministério Público sobre acessibilidade:

3.1. Para os casos de imóveis edificadas antes da vigência do Decreto n.º 5.296, de 2 de dezembro de 2004, deverá ser exigida a adequação daquilo que for possível, sendo dispensada nas áreas que fisicamente não comportam adequação, a ser comprovada mediante laudo técnico e ART/RRT;

3.2. Para os imóveis edificadas após a vigência do Decreto n.º 5.296, de 02/02/2004 ou que, mesmo anteriores, foram objeto de reforma ou ampliação após esse a vigência do referido Decreto, a adaptação deverá ser plena;

b.1. Não sendo possível a adequação plena dos imóveis descritos no item 3.2, poderá ser aplicada multa compensatória ao particular, arbitrada de acordo com parâmetros a serem definidos em decreto municipal, em valor não inferior a R\$ 2.000,00

## **1.ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE XAXIM/SC**

(dois mil reais), a ser destinado para o Fundo Municipal da Infância e Juventude;

b.2. A solução, nos casos em que há pagamento de multa, pode comportar alternativas de forma a minimizar os itens que não comportarão plena acessibilidade.

**CLÁUSULA QUARTA:** O COMPROMISSÁRIO compromete-se com a seguinte obrigação de fazer: conceder o alvará de funcionamento, de forma excepcional, provisória e condicionada aos estabelecimentos que se enquadrarem na Cláusula Terceira e após a celebração de TAC com a parte interessada, no qual ficarão consignadas as devidas exigências e cominações legais pelo descumprimento (incluindo-se astreintes em valor proporcional);

**Parágrafo único:** O COMPROMISSÁRIO encaminhará ao Ministério Público, quinzenalmente, cópia dos TAC's celebrados, para conhecimento e aferição da adequação, necessidade e proporcionalidade das medidas pactuadas.

## **3 – DAS OBRIGAÇÕES DE NÃO FAZER EM RELAÇÃO AOS ESTABELECIMENTOS EM DESACORDO COM AS NORMAS DE ACESSIBILIDADE.**

**CLÁUSULA QUINTA:** O COMPROMISSÁRIO compromete-se com a seguinte obrigação de não fazer: abster-se de conceder alvará de funcionamento para o exercício de 2018 aos estabelecimentos que não atenderem às exigências para a celebração do Termo de Ajuste de Conduta ou que eventualmente não se dispuserem a firmar o acordo com o Município de Xaxim.

## **4 – DA MULTA:**

**CLÁUSULA SEXTA:** Em caso de descumprimento das cláusulas deste compromisso, o COMPROMISSÁRIO pagará multa diária de R\$ 500,00 (quinhentos reais), até o limite de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), cujo *quantum* deverá ser devidamente atualizado pelo índice oficial da Corregedoria-Geral da Justiça, desde o dia de cada prática até o efetivo desembolso, conforme boleto bancário a ser expedido por esta Promotoria de Justiça em momento oportuno.

**1.ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE XAXIM/SC**

6.1. A multa deverá ser revertida em favor do Fundo para Reconstituição de Bens Lesados, conforme previsto no art. 13 da Lei n.º 7.347/85 e na Lei n.º 15.694/2011, nos termos do art. 7.º do Ato n.º 001/2013/CSMP;

6.2. O valor da multa não exime o COMPROMISSÁRIO de dar andamento à execução da obrigação inadimplida;

6.3. O descumprimento das obrigações assumidas neste acordo, exceto por motivos de força maior ou caso fortuito formal e devidamente justificados pelos signatários, poderá ensejar, além da incidência e cobrança da multa respectiva, a adoção das medidas administrativas e judiciais pertinentes.

**5 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.**

**CLÁUSULA SÉTIMA:** Este ajuste produzirá efeitos legais a partir de sua assinatura, permanecendo as demais cláusulas inalteradas.

**CLÁUSULA OITAVA:** Ficam, desde logo, os presentes cientificados de que este Inquérito Civil será arquivado em relação ao signatário, e a promoção, submetida ao colendo Conselho Superior do Ministério Público, conforme dispõem o parágrafo 3.º do artigo 9.º da Lei n.º 7.347/85 e o artigo 26 do Ato n.º 335/2014/PGJ.

Xaxim/SC, 12 de abril de 2018.

**SIMÃO BARAN JUNIOR**

**Promotor de Justiça**

**ADRIANO IVO BORTOLANZA**

**Prefeito Municipal de Xaxim e.e**

**RODRIGO CARLOS COVATTI**

**Suprocurador-Geral de Xaxim**

**OAB/SC 37.421**